



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

André Luiz Coelho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Ciência Política, Rio de Janeiro – RJ, Brazil
(andreluizrj@gmail.com).

Vinicius Silva dos Santos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Ciência Política, Rio de Janeiro – RJ, Brazil
(santos.vinicius18@gmail.com).

Alice Gravelle Vieira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Direito, Rio de Janeiro – RJ, Brazil
(alice.vieira@lasalle.org.br).

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



A internacionalização da formação em Relações Internacionais no Brasil

Internationalization of formation in Brazil's International Relations

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18015>

Meridiano 47, 18: e18015, 2017

Resumo

Quais as características da política de concessão à formação no exterior para a área de Relações Internacionais do Brasil no intervalo entre 1998 e 2013? Nessa direção recorreremos aos dados obtidos da plataforma *GeoCapes* para observar a distribuição de bolsistas no Exterior nas áreas de “Ciência Política e Relações Internacionais”.

Abstract

What are the characteristics of the concession policy for training abroad to the area of International Relations in Brazil between 1998 and 2013? In this direction, we resorted to the data obtained from the *GeoCapes* platform to observe the distribution of scholarship holders overseas in the areas of “Political Science and International Relations”.

Palavras Chaves: Política Científica – Trajetória de Disciplina Acadêmica – Relações Internacionais.

Keywords: Scientific Policy – Trajectory of Academic Discipline – International Relations.

Recebido em 12 de Abril de 2017

Aprovado em 02 de Maio de 2017

Introdução

A educação sempre esteve presente nas discussões do Estado e do governo. No entanto, o grau de prioridade dado a ela, inclusive a educação superior, se alterou ao longo dos anos. A partir do início do século XXI o tema da educação ganhou nova abordagem e importância. Com o objetivo de lidar com as novas questões desse contexto, como o desenvolvimento tecnológico e a maior facilidade de comunicação e integração, foi demandado dos profissionais a exposição ao ambiente externo, de modo a se inserirem

no contexto global, desde o aprendizado de idiomas até experiências efetivamente internacionais em sua formação acadêmica (MOROSINI, 2006).

Para Castells (1996) a globalização representou a mudança de uma economia industrial, dependente de recursos energéticos, para uma economia informacional, na qual a produtividade é baseada na comunicação. No sistema atual, a ação de buscar conhecimento representa a fonte da produtividade. Assim, a educação se tornou um instrumento fundamental na promoção do desenvolvimento social e econômico (CASTELLS, 1996). Dessa forma, diversas foram as alternativas em escala mundial com o intuito de promover a internacionalização da educação. Nesse cenário, o objetivo na promoção de uma educação transnacional pode variar de um país para o outro. (MOROSINI, 2006).

O objetivo desse artigo é responder a seguinte questão: quais as características da política de concessão à formação no exterior para a área de Relações Internacionais do Brasil no intervalo entre 1998 e 2013? Para tanto, a primeira parte do trabalho apresenta, não extensivamente, o debate sobre a área de Relações Internacionais do Brasil para em seguida tratar da internacionalização da educação superior frente ao seu papel na agenda da Política Externa Brasileira. No tópico posterior abordarmos os parâmetros da pesquisa em termos metodológicos quanto às estratégias de coleta e análise dos dados. Finalmente, apresentamos os resultados obtidos, bem como a análise e discussão dos dados nas áreas de avaliação: “Ciência Política e Relações Internacionais”. Caber dizer que essa pesquisa é fruto de uma agenda de investigação que busca mapear a área de Relações internacionais no Brasil por meio de uma série de dimensões, a saber, i) a produção acadêmica, ii) o ensino, iii) a pesquisa e a sua iv) internacionalização.

A área de Relações Internacionais no Brasil

A institucionalização da área de Relações Internacionais (RI) como disciplina acadêmica tem como marco o final da Primeira Guerra Mundial com a criação da cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional, em 1919, na Universidade de Gales, Aberystwyth. (SANTOS & FONSECA, 2009). Em adição, é citado também como ponto de partida da disciplina, no que tange a pesquisa e institucionalização, o *Royal Institute of International Affairs*, de 1920. Consta do processo, em seguida, em 1927, a *London School of Economics* com a criação do primeiro departamento de Relações Internacionais (VIGEVANI, THOMAZ & LEITE, 2014). Por sua vez, a *International Studies Association* (ISA), foi fundada em 1959.

O desenvolvimento e institucionalização da área de Relações Internacionais no Brasil tem sido objeto de consideração de um conjunto de autores (DOS SANTOS, FONSECA, 2009; MIYAMOTO, 1999, 2003; HERZ, 2002; LESSA, 2005a, 2005b, 2005c, 2005d, 2005e, 2006). Nesse contexto, uma gama de pesquisadores dedicaram sua atenção ao desenvolvimento do ensino e pesquisa em áreas temáticas no campo das Relações Internacionais no Brasil bem como no tratamento de aspectos mais gerais da produção acadêmica (VIZENTINI, 2005).

No Brasil, aponta-se como marco a criação do primeiro curso de graduação, em 1974, na Universidade de Brasília (UnB) e a fundação do primeiro mestrado, em 1984, na mesma instituição. O ano de 1987 conta com a criação do mestrado no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) que no ano de 2001 implementa seu programa de doutorado. (VIGEVANI, THOMAZ & LEITE, 2014; LESSA, 2005). Como salienta Vigevani, Thomaz & Leite (2014), o debate em torno das questões internacionais no período anterior a institucionalização da disciplina de Relações Internacionais foi sendo debatido em áreas correlatas. De forma complementar Herz (2002) aponta:

o Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e de seu Programa de Relações Internacionais, em 1980, do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (GRIPE) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1980 (até 1994), do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, em 1988, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, em 1985, do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), em 1983, do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), em 1987, fazem parte do processo de consolidação da área de relações internacionais no Brasil. (Herz, 2002: 19-20).

Em adição a essa narrativa é possível apontar a criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) formada em 2005. Já no contexto do ensino das Relações Internacionais pode se apontar a oferta da graduação na área em instituições de ensino privadas, em larga medida resultante do diálogo com outras áreas “como Comércio Exterior, Marketing, Administração, Negócios Internacionais, compartilhando disciplinas e professores” (VIZENTINI, 2005). Como apontado por Vizentini (2005) “no início, a dinâmica do surgimento de cursos na área foi mais localizada no setor privado, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Brasília, Bahia, Pernambuco e Ceará” (VIZENTINI, 2005). A participação das universidades públicas na oferta de cursos de graduação e pós-graduação na área deu-se no final da década de 1990 (LESSA, 2005e).

Breves considerações sobre a internacionalização da educação superior frente a política externa brasileira: de Fernando Henrique Cardoso ao final da primeira gestão Dilma Rousseff

A denominada internacionalização da educação superior engloba diversas atividades que são desenvolvidas por diferentes tipos de atores de forma que vincula à dimensão educacional dos países com as questões externas. Entre ações para a promoção da internacionalização da educação superior estão: compartilhamento de disciplinas entre Instituições de Ensino Superior (IES), colaboração em pesquisas, cooperação tecnológica, mobilidade de pesquisadores, mobilidade de docentes, e, o modo principal para o presente trabalho, a mobilidade de estudantes (MOROSINI, 2006). Dessa

forma, sobre o conceito de internacionalização, existem definições diversas. A Comissão Europeia, no *The Erasmus Impact Study* (2014) apresenta como relevante as seguintes definições.

Quadro 1: Conceitos de internacionalização

Autor (ano)	Definição
Jane Knight (1993)	“A internacionalização do ensino superior pode ser classificada de quatro maneiras: 1) como um processo; 2) como um recurso; 3) como um meio de alinhar o sistema de ensino superior com os padrões internacionais; 4) como uma oportunidade para criar um sistema que está aberto a um ambiente globalizado (separado do processo de globalização).”
Jane Knight (2003)	“Processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural e global sobre a finalidade, funções ou oferta de ensino superior”.
Brandenburg e De Wit (2011)	“Chamado para um compromisso comum a nível institucional e pessoal de como nós e nossos alunos serão preparados para viver e trabalhar em uma comunidade global.”
De Wit (2011)	“Abordagem baseada em um processo mais integrado à internacionalização destinada a obter uma melhor qualidade do ensino superior e melhores competências dos funcionários e alunos”.

Elaborado pelos autores.

Fonte: COMISSÃO EUROPEIA, 2014, P. 31.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2010, 4,1 milhões de alunos do ensino superior estavam matriculados em universidades fora de seus países de origem (EDUCATION AT A GLANCE, 2012). Uma das instituições de maior excelência no que se refere à avaliação de IES é a *Times Higher Education*, que a partir de 2011 adotou a internacionalização como um dos critérios de maior peso, pois considera que esta influencia na qualidade da pesquisa e do ensino (BERTAZZO, 2012).

No entanto, tal fenômeno passou a ser promovido de forma sistematizada a partir da década de 1990 no Brasil quando, após o processo de redemocratização, o país começou a promover sua maior integração em contexto internacional (SAVIANI, 2007). Uma das principais formas de viabilizar a mobilidade é a concessão de bolsas para que brasileiros possam estudar no exterior. Desde os primeiros anos em que bolsas começaram a ser oferecidas, o Brasil conta com o auxílio de agências internacionais, como a Fundação *Rockefeller*, a Fundação *Ford* e o Programa *Fullbright*. No entanto, essas bolsas estavam concentradas no âmbito da pós-graduação (CASTRO ET AL, 2012). Exemplo relevante são as bolsas oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a promoção de estudos fora do país, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), os temas em debate na agenda internacional ganharam maior espaço de discussão no âmbito doméstico. Grupos sociais, Organizações não governamentais (ONGs), empresas e até mesmo o Congresso tomavam certa consciência das ações. No que se refere especificamente às ações para promoção da internacionalização da educação superior,

o caminho mais utilizado é a mobilidade de pessoas, sejam estas estudantes ou docentes. O Brasil, tradicionalmente, promove esse tipo de internacionalização, visto que desde o período da colonização a elite residente no Brasil ia para a metrópole realizar seus estudos (KNIGHT, 2013).

Como definido por Fonseca Jr. (1998), até o início dos anos 1990, a Política Externa Brasileira (PEB) era pautada na autonomia pela distância. O país se mantinha afastado das questões internacionais mais sensíveis, buscando não participar de grandes negociações e manter uma postura autônoma durante esse período de Guerra Fria.

Com o advento da globalização, o Brasil passou a buscar seus interesses nos temas importantes da agenda global, como Meio Ambiente, Direitos Humanos e comércio. A participação em acordos internacionais de educação, assim como a cooperação na área, passaram a fazer parte da agenda brasileira de modo a garantir maior credibilidade e inserção. Nesse contexto,

O mais importante a destacar é que essas reformas alteraram a orientação da gestão das políticas públicas sociais no Brasil, e não só no plano da educação. De políticas inicialmente orientadas ao atendimento universal, passou-se a persecução de públicos alvos específicos. Tal orientação, no contexto das reformas de Estado na América Latina, encontra justificativa na necessária focalização do gasto social nos grupos mais vulneráveis, trazida pelas políticas de ajuste estrutural, o que levou a adoção generalizada, nesses governos, de medidas de alívio à pobreza. O governo FHC encarnou essa lógica: o recurso à racionalidade técnica como meio orientador das políticas sociais (OLIVEIRA, 2009, p. 202 e 203).

O governo de Lula foi marcado por políticas públicas de cunho social, também no âmbito educacional, que visavam beneficiar populações mais carentes. Essas ações tiveram como característica as parcerias com outros níveis da gestão do Estado, como estados e municípios, e também com outros de tipos de atores, como sindicatos, empresas e ONGs, tanto nacionais quanto internacionais. Tal tendência já aparecia no governo anterior e se concretizou nos primeiros anos de governança petista, sendo o setor de educação um dos principais atores na concretização desses programas (OLIVEIRA, 2009).

Em relação ao ambiente internacional, o governo Lula fomentou ainda mais a participação do Brasil do que seus antecessores, desenvolvendo diferentes mecanismos para alcançar este objetivo. Teve início nesse período, estendendo-se até a gestão seguinte, um modelo de atuação brasileira classificada como Estado Logístico (CERVO, 2003).

Esse paradigma de política externa é pautado pela associação entre um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro. O governo transfere à sociedade as responsabilidades do Estado empresário e dá ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de ajudar a sociedade na defesa de seus interesses (AMORIM NETO, 2011).

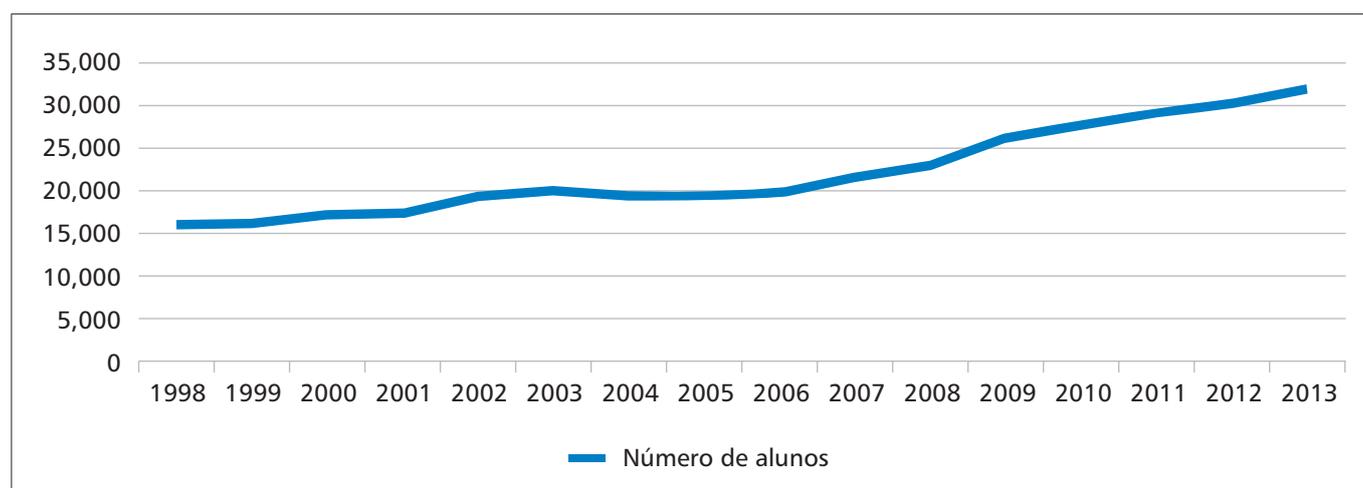
No que se refere ao ensino superior, Suely (2012) indica que a primeira administração de Dilma Rousseff significou a manutenção das mesmas iniciativas de Lula, mantendo seu caráter expansivo, com o aumento de instituições de ensino e a disseminação dessas para o interior do país; e social, com o desenvolvimento de diversos programas de apoio financeiro, como o Fundo de Financiamento

Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Como ideia inovadora, o governo da presidente propôs ainda a criação de um consórcio entre universidades de regiões específicas, a fim de promover maior colaboração e cooperação entre elas. Em resumo:

A política para a educação superior do governo Dilma vem enfatizando os seguintes parâmetros a serem incorporados pelas universidades: inovação, empreendedorismo, competitividade, formação e atração de capital humano, mobilidade internacional, universidade como agente de desenvolvimento econômico e social, foco em áreas estratégicas/prioritárias de estudo e de pesquisa, internacionalização da educação superior. Sobre empreendedorismo e inovação, de acordo com essa política, parece haver a compreensão de que existe uma correlação positiva e linear entre esses dois fatores e o crescimento econômico no nível local e regional, uma vez que poderá propiciar a criação de novas empresas mediante a transferência de conhecimento, de inovação e de novas tecnologias para a comercialização de serviços e produtos (SUELY, 2012, p.468).

A educação, que é considerada pela Constituição Federal de 1988 um direito social fundamental, ganhou maior relevância com o passar dos anos, e essa política pública do governo Dilma mostra a necessidade e o interesse em acompanhar os avanços do contexto educacional internacional. Com o intuito de acompanhar a internacionalização das universidades estrangeiras e manter seus alunos competitivos no mercado de trabalho e em interação com os demais estudantes ao redor do mundo, houve também maior crescimento de acordos de cooperação educacional e busca por proporcionar experiências internacionais nas universidades brasileiras. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, a presença de estudantes brasileiros no exterior teve um aumento desde o final da década de 1990:

Gráfico 1: Número de brasileiros estudando no exterior



Elaborado pelos autores. Fonte: Banco Mundial, 2016.

A seguir, apresentaremos a abordagem metodológica, os dados obtidos e as análises acerca dos resultados.

Abordagem metodológica

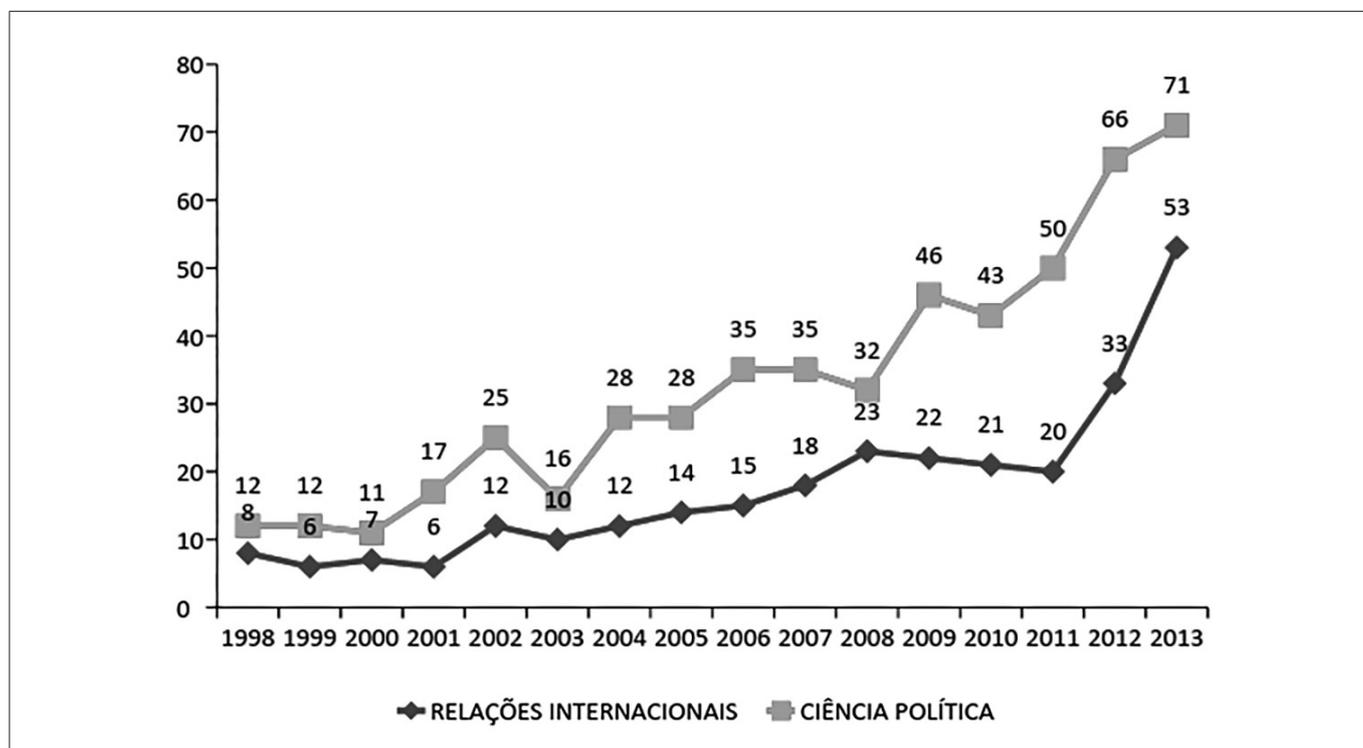
Parâmetros de pesquisa

Cabe pontuar que os dados oficiais sobre incentivo à formação no exterior foram obtidos a partir do sistema GeoCapes¹ no intervalo entre 1998 e 2013. A plataforma é descrita como uma “ferramenta de dados georreferencial” que tem por finalidade a disponibilização de informações nos “cenários” em que a CAPES atua. O serviço conta com uma série de indicadores entre os quais podemos destacar: a) concessão de bolsas da pós-graduação; b) distribuição de bolsistas da Capes no Exterior; c) distribuição de discentes; d) distribuição de programas de pós-graduação; e) distribuição de docentes; f) acesso ao Portal de Periódicos. Os dados analisados que integram a base são referentes a classificação na seguinte área de avaliação: “Ciência Política e Relações Internacionais” que por sua vez é inserida na grande área de “Ciências Humanas”.

A internacionalização da formação em Relações Internacionais no Brasil

O gráfico abaixo demonstra a distribuição de bolsas no exterior considerando as duas áreas no intervalo entre (1998–2013):

Gráfico 2: Por Área de Formação (1998–2013)



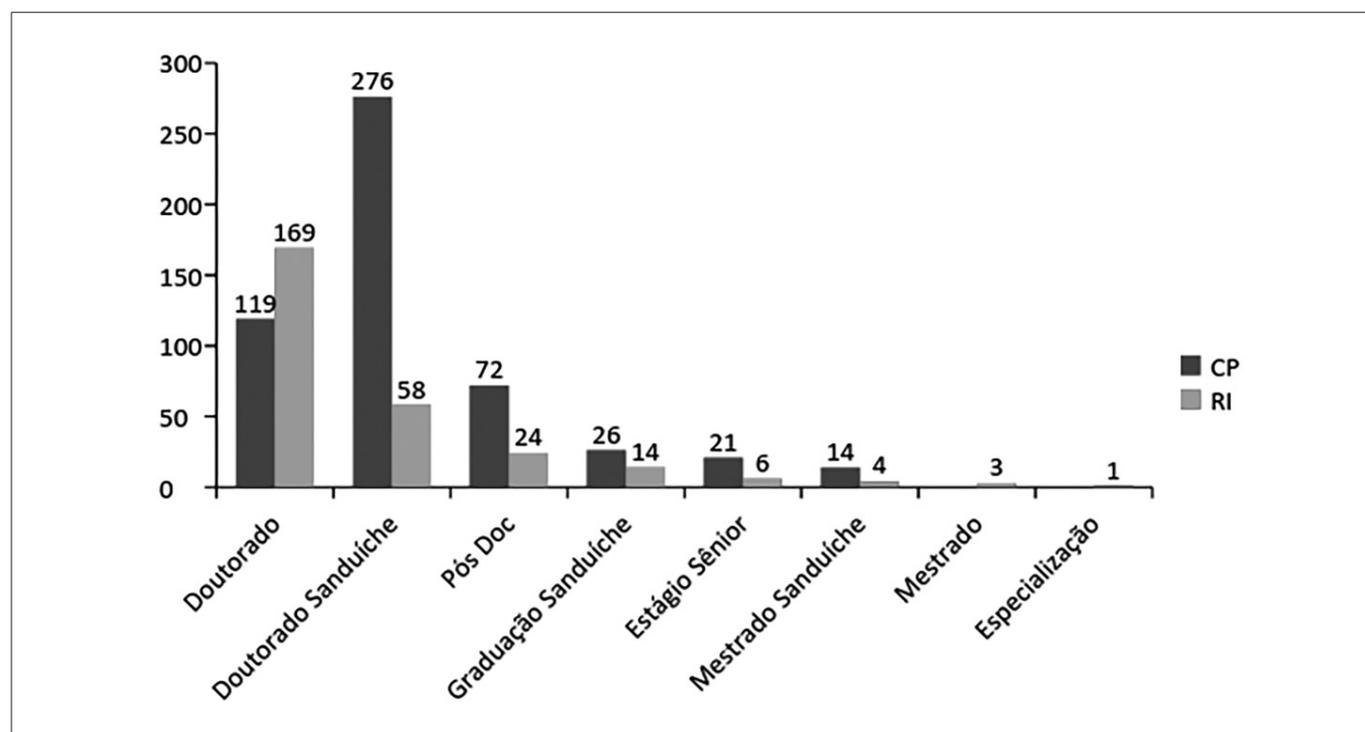
Elaborado pelos autores. Fonte: GeoCapes

1 Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/component/content/article/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6886-geocapes>>.

Conforme apresentado no Gráfico 2, ao longo dos anos observados, o número de bolsas concedidas a área de Ciência Política foi sempre maior do que as ofertadas para o campo das Relações Internacionais. É possível notar que entre os anos de 1998 e 2003 temos uma maior proximidade na concessão de bolsas para ambas as áreas, que é interrompida a partir de 2004, quando a quantidade de bolsas aumenta consideravelmente para a área de Ciência Política, chegando muitas vezes ao dobro ou mais do que para campo das Relações Internacionais.

Na sequência, o Gráfico 3 apresenta os resultados referentes à concessão de bolsas divididas por área de avaliação, sendo que a partir desse ponto, nos referimos à área de Ciência Política pelas siglas (CP) e o campo de Relações Internacionais apenas como (RI). Os dados estão classificados de acordo com o tipo formação: a) Doutorado, b) Doutorado Sanduíche, c) Especialização; d) Estágio Sênior; e) Graduação Sanduíche; f) Mestrado; g) Mestrado Sanduíche; h) Professor de Educação Básica e i) Pós Doc.

Gráfico 3: Por Tipo de Formação



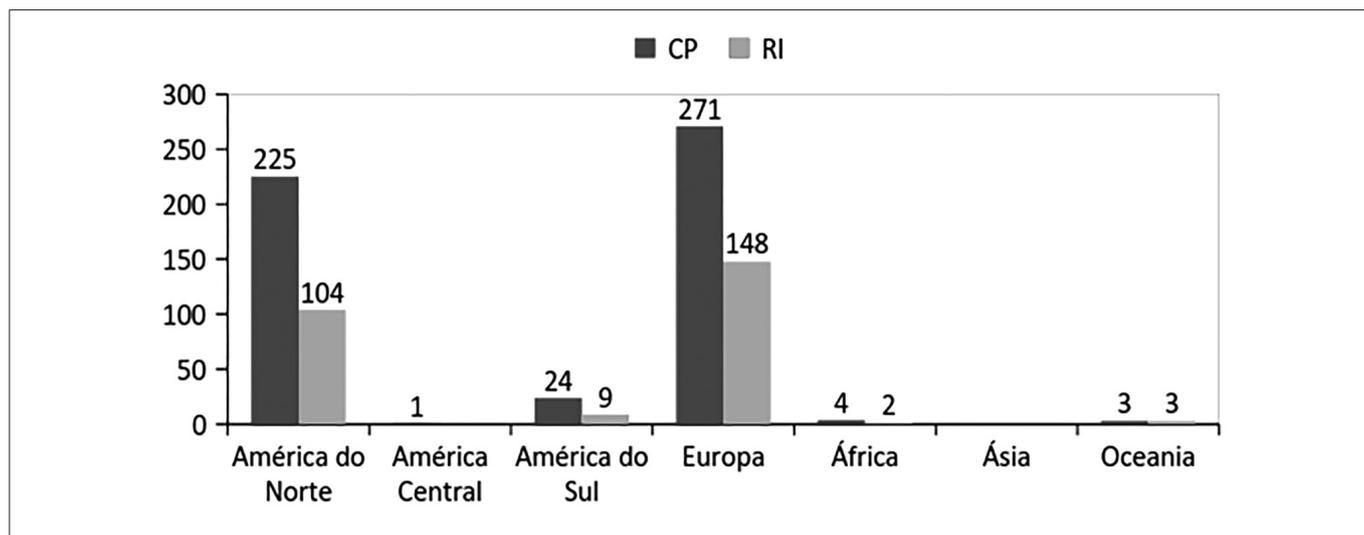
Elaborado pelos Autores. Fonte: GeoCapes

Nessa dimensão, os dados indicam que a área da Ciência Política foi contemplada com o maior número de bolsas de formação parcial na modalidade “Doutorado Sanduíche”², enquanto a área de Relações Internacionais recebeu mais bolsas na formação do tipo “Doutorado Pleno no Exterior”³. A seguir, no Gráfico 4 apresentamos os dados relativos aos continentes de destino desses estudantes.

2 Formação obtida em instituição brasileira com período em que o pesquisador cumpre parte dos estudos em instituição no exterior.

3 Formação obtida na instituição no exterior.

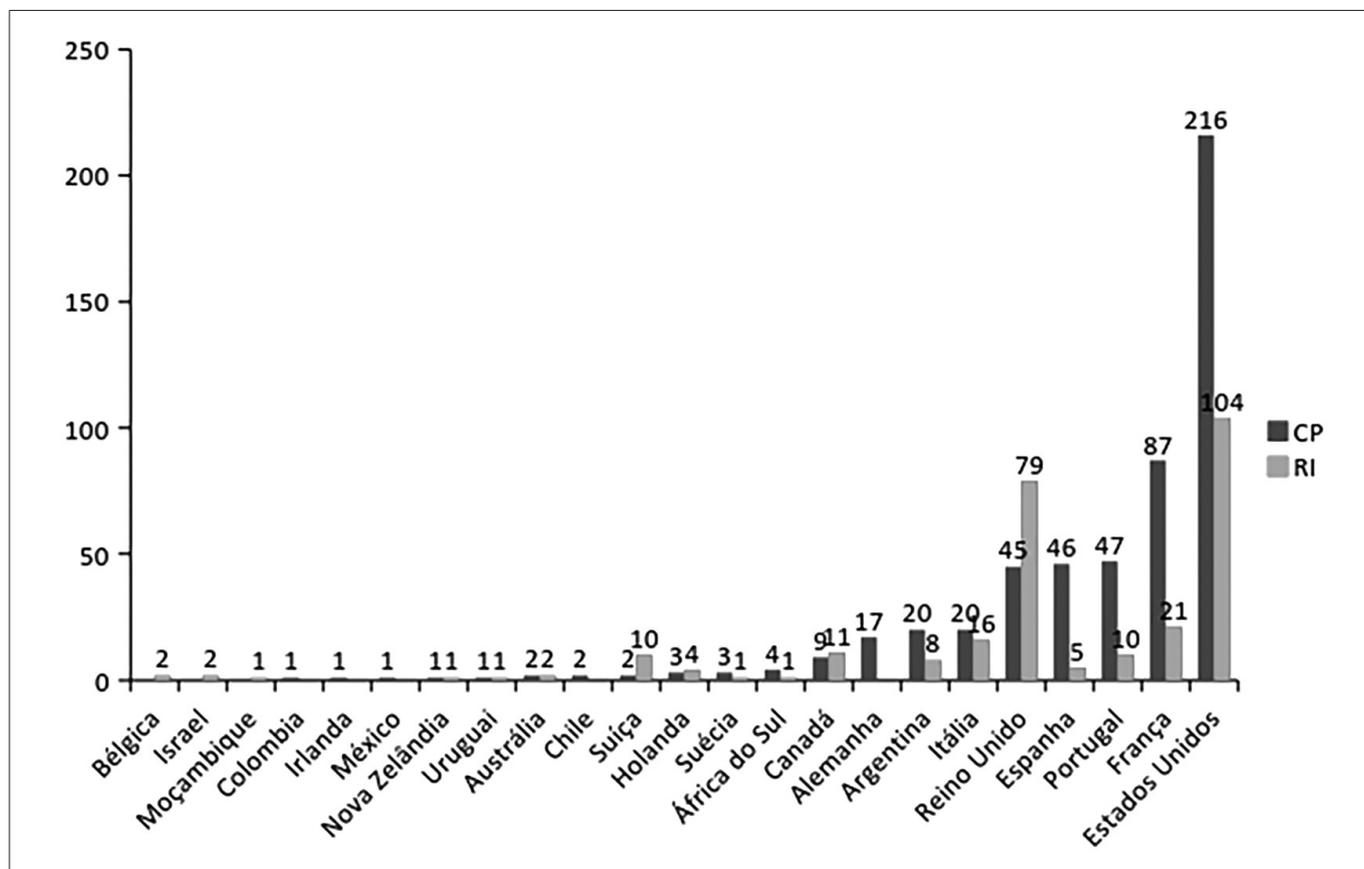
Gráfico 4 – Por Continente de Destino



Elaborado pelos autores. Fonte: GeoCapes

Os resultados são expressivos ao indicar que os continentes que mais recebem estudantes brasileiros, em ambas as áreas foram, na sua vasta maioria, os países do Norte global. Abaixo apresentamos os resultados da distribuição das bolsas considerando os países de destino em ambas às áreas.

Gráfico 5 – Por Países de Destino



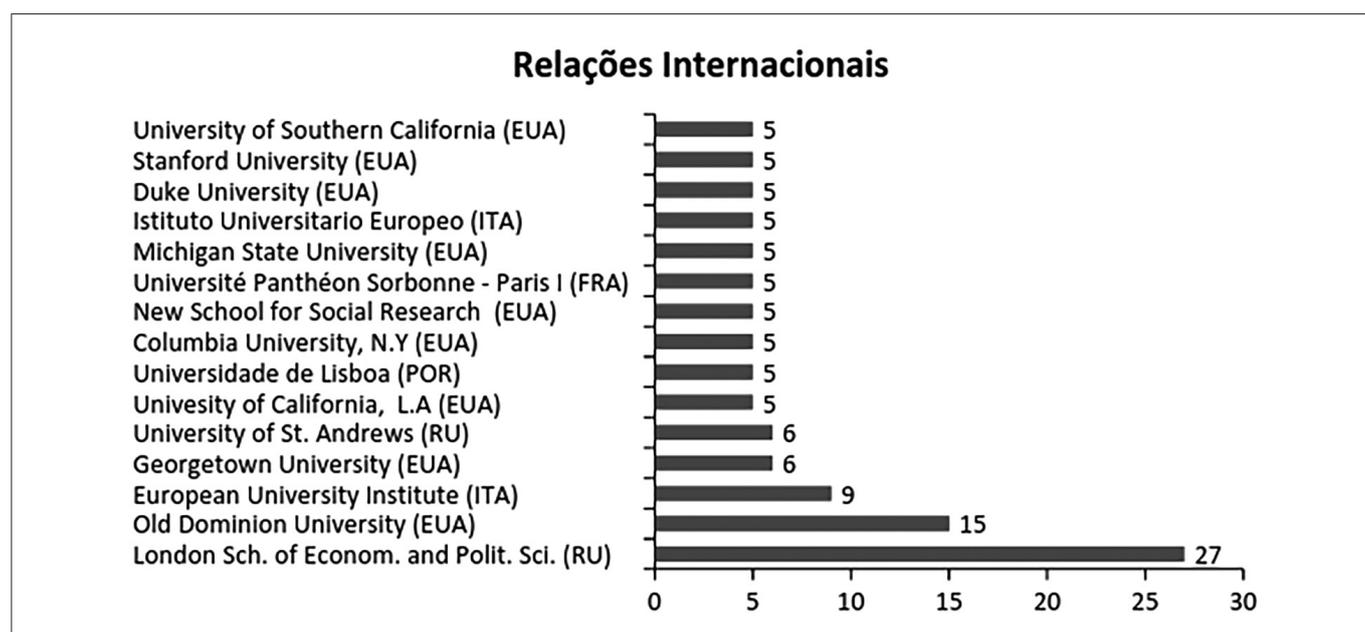
Elaborado pelos autores. Fonte: GeoCapes

O Gráfico 5 aponta os Estados Unidos como o principal destino para as duas áreas, sendo concedidas para as RI 104 bolsas e para Ciência Política 216. No entanto, as áreas diferem em relação ao segundo país em que as bolsas são destinadas, figurando para a Ciência Política a França (CP – 87 x RI -21) e para as Relações Internacionais o Reino Unido (RI – 79 x 45).

Cabe nesse ponto, e de posse dos resultados, tantos dos continentes quanto tanto dos países de destino, a problematização desse quadro frente as suas potenciais consequências. Medeiros et al (2016), a partir da análise de conteúdo de 7.857 artigos publicados em 35 revistas acadêmicas de seis países da América do Sul no período de 2006 a 2014 sugerem que existiria o predomínio das abordagens positivistas e qualitativas na região, refletindo tradições oriundas da produção acadêmica da área de RI nos Estados e na Europa. Os resultados da presente pesquisa reforçam esses achados, indicando que o incentivo governamental para a formação de profissionais em determinados países do Norte Global pode condicionar as dimensões do ensino, pesquisa e produção acadêmica no Brasil.

Nesse cenário, no debate apontado por autores como Cervo (2008); Belém Lopes, Santos e Faria (2012; 2016) e Coelho e Santos (2016) cumpre a comunidade de internacionalistas o imperativo da reflexão acerca da validade da utilização de tradições teóricas/metodológicas do Norte Global para dar conta da complexidade de fenômenos inerentes a América Latina. Desse modo, entendemos que a produção precisa caminhar no sentido de investigar: a) *o que se investiga*, b) *como se investiga* c) *o que se ensina*, d) *como se ensina*, esclarecendo seus elementos formativos e implicações para o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais no Brasil. Nesse sentido, o esforço empreendido na presente pesquisa pode ser indicado na reflexão de *como se forma* e *onde se formam* os profissionais da área no que diz respeito a sua internacionalização. O Gráfico 6 abaixo indica as instituições de ensino escolhidas pelos estudantes brasileiros área de Relações Internacionais.

Gráfico 6 – Por Principais Instituições de Destino

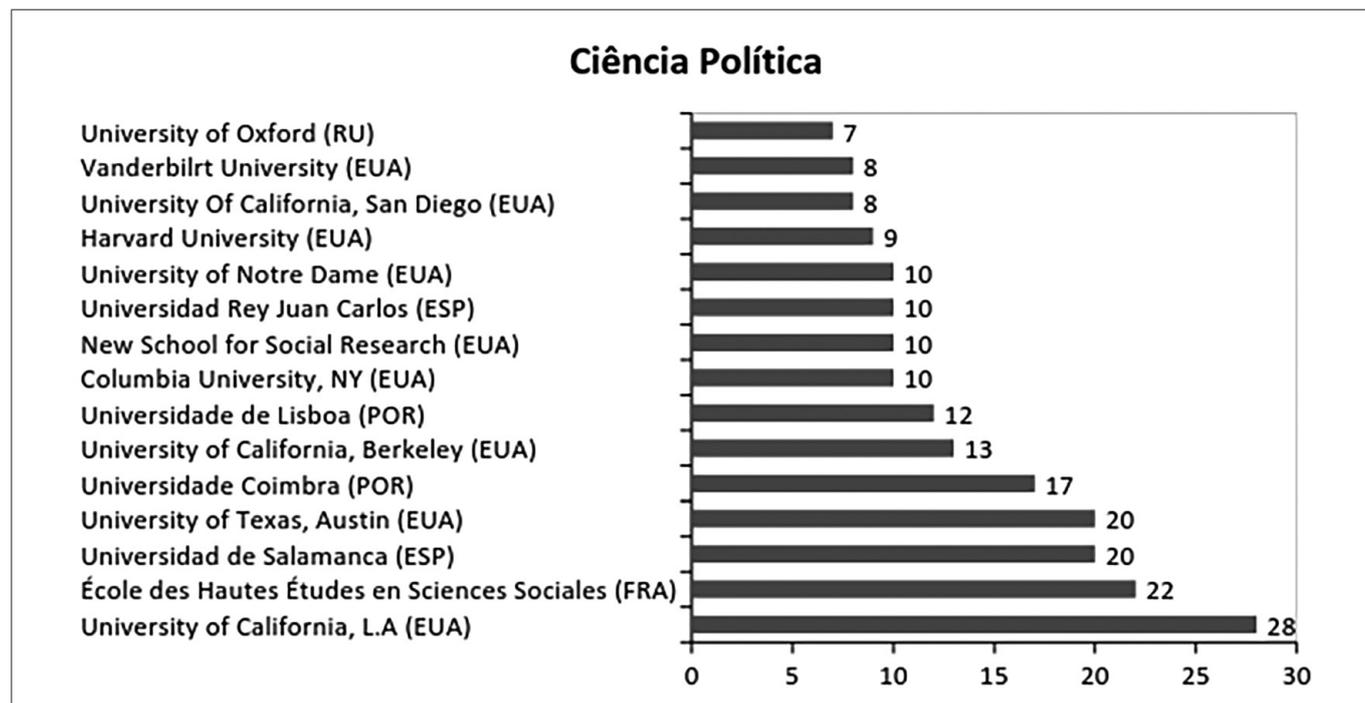


Elaborado pelos Autores. Fonte: GeoCapes

Conforme apresentado, o Reino Unido aparece como o maior destino para o campo de Relações Internacionais, sendo a instituição que congrega o maior número de estudantes na área é a *London School of Economics* – 15 bolsas (RU), seguida da *Old Dominion University* (EUA) com 15 auxílios e em terceiro lugar a *European University Institute* com 9 concessões (ITA).

Por seu turno, o Gráfico 7 apresenta as instituições de ensino escolhidas pelos estudantes brasileiros na área de Ciência Política.

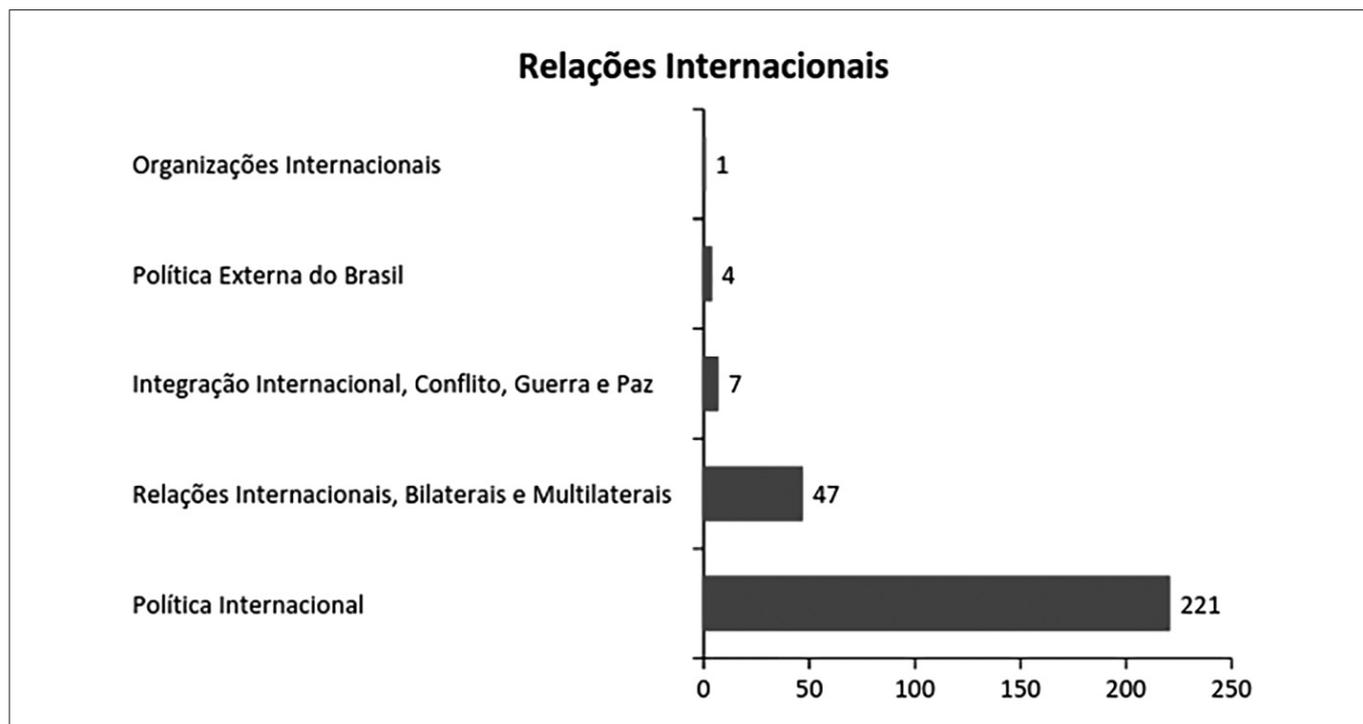
Gráfico 7 – Por Principais Instituições de Destino



Elaborado pelos Autores. Fonte: GeoCapes

A área de Ciência Política, por sua vez, apresenta maior diversidade no que concerne à distribuição de destinos/país. A *University of California* (EUA) recebeu 28 estudantes, seguida pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (FRA) com 22 bolsas e empatados em terceiro destino a *Universidade de Salamanca* (ESP) e *University of Texas/Austin* (EUA) com 20 auxílios ao longo do período analisado.

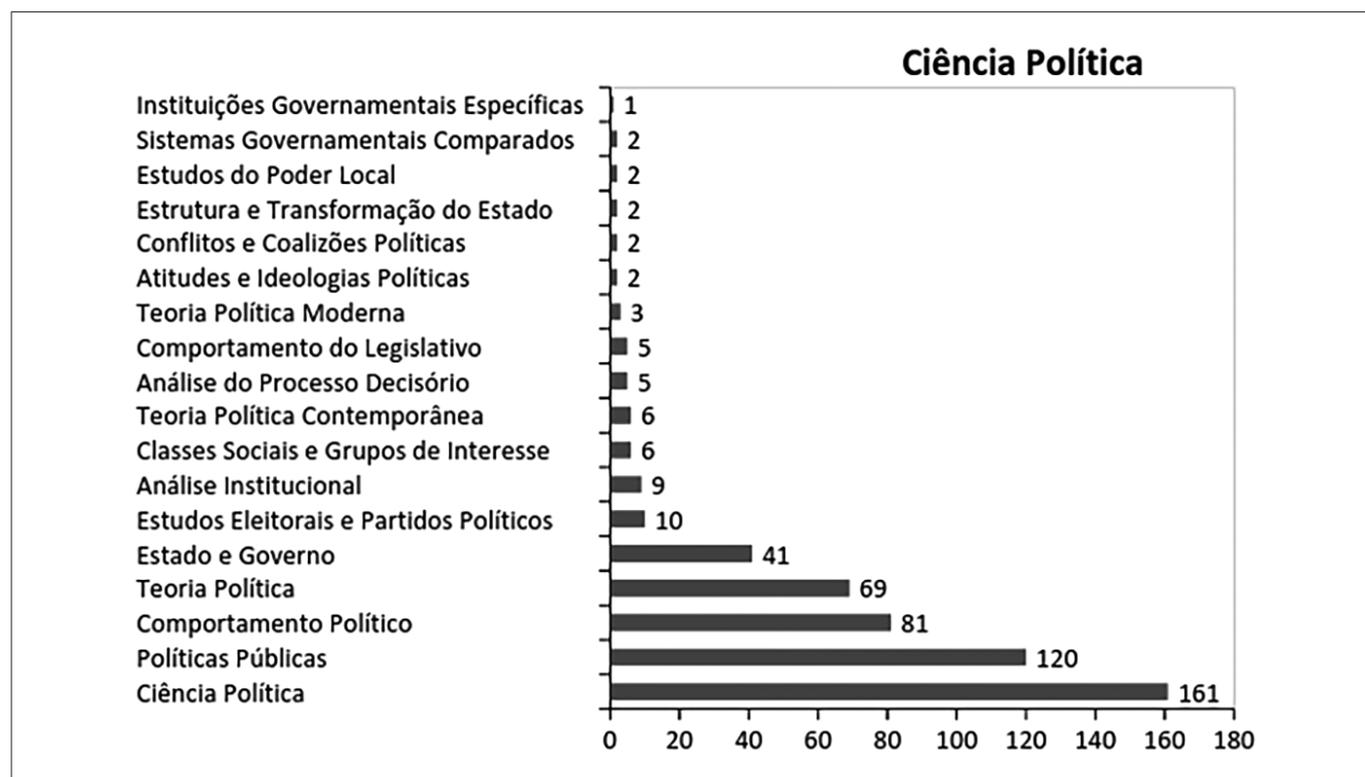
Considerando a distribuição das bolsas por áreas de conhecimento, o campo de Relações Internacionais conta com cinco subclassificações da GeoCapes, que são: a) Política Internacional; b) Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais; c) Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz; d) Política Externa do Brasil e) Organizações Internacionais. O Gráfico 8 demonstra a distribuição de bolsas nas áreas supracitadas.

Gráfico 8 – Por Área de Conhecimento

Elaborado pelos Autores. Fonte: GeoCapes

O Gráfico 8 marca a prevalência da Política Internacional na presença dos estudos financiados pela Capes, superando todas as outras áreas de conhecimento somadas.

Por sua vez, as áreas de conhecimento da Ciência Política contam com dezoito subclassificações. A primeira, mais genérica, sob o rótulo de Ciência Política. E as demais: b) Políticas Públicas; c) Comportamento Político; d) Teoria Política e) Estado e Governo; f) Estudos Eleitorais e Partidos Políticos; g) Análise Institucional; h) Classes Sociais e Grupos de Interesse; i) Teoria Política Contemporânea; j) Análise do Processo Decisório; l) Comportamento Legislativo; m) Teoria Política Moderna; n) Atitude e Ideologias Políticas, o) Conflitos e Coalizões políticas; p) Estrutura e Transformação do Estado; q) Estudos do Poder Local; r) Sistemas Governamentais Comparados e s) Instituições Governamentais Específicas. O gráfico 9 apresenta a distribuição das áreas para o campo de Ciência Política.

Gráfico 9 – Por Área de Conhecimento

Elaborado pelos Autores. Fonte: GeoCapes

O Gráfico 9 indica que a subclassificação geral “Ciência Política” contou com um maior número de concessões de bolsas seguido pelo subcampo de Políticas Públicas. Na sequência os dados demonstram a parcela de bolsistas com pesquisas vinculadas à Comportamento Político e Teoria Política.

Considerações Finais

Com o intuito de responder quais as características da política de concessão a formação no exterior para a área de Relações Internacionais do Brasil no intervalo entre 1998 e 2013 recorreremos aos dados obtidos a partir da plataforma institucional *GeoCapes* na área de avaliação “Ciência Política e Relações Internacionais”.

Procuramos oferecer nesse trabalho contribuições ao debate acerca de *como se forma e onde se formam* os profissionais das Relações Internacionais no Brasil quando das experiências parciais ou integrais no exterior. Os dados compilados nessa pesquisa demonstram que os continentes que mais recebem estudantes brasileiros, em ambas as áreas observadas foram, na sua vasta maioria, os países do Norte global. Nesse contexto, os Estados Unidos apontam como o principal destino. Consequentemente, buscamos problematizar as potenciais consequências dos achados da investigação.

Argumentamos que os resultados da presente pesquisa, quando observados a luz do trabalho de Medeiros et al (2016), indicam que o incentivo governamental para a formação de profissionais na área de Relações Internacionais e Ciência Política pode condicionar as dimensões do ensino,

pesquisa e produção acadêmica no Brasil. Em adição, entendemos que ainda são escassos os estudos sobre a relação entre a formação e a produção acadêmica na área, em especial quando consideramos a dimensão da internacionalização da formação.

Por fim, salientamos que as observações oriundas desse artigo integram um esforço mais amplo de pesquisa com o intuito de realizar um mapeamento da dimensão do campo Relações Internacional no Brasil e assim esclarecer os elementos que podem contribuir para entendermos o desenvolvimento da área no país. Quanto à agenda de pesquisa futura defendemos novos esforços no sentido de investigar: a) *o que se investiga*, b) *como se investiga* c) *o que se ensina*, d) *como se ensina*.

Referências Bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. Base de dados. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=education-statistics>>.
- BRANDENBURG, Uwe; TABOADELA, Obdulia; VANCEA, Mihaela. *Mobility Matters: the ERASMUS Impact Study. International Higher Education*, n. 82, p. 5-7. 2015. Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/8863/7934>>.
- _____. et al. The ERASMUS Impact Study. Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions. *Publications Office of the European Union, Luxembourg*, 2014. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/study/2014/erasmus-impact_en.pdf>.
- _____. ; DE WIT, Hans. Has international education lost its way. *The Chronicle of Higher Education*, 2011. <<http://www.chronicle.com/blogs/worldwise/has-international-education-lost-its-way/28891>>.
- BELÉM LOPES, D; SANTOS, M & FARIA, C. A. P. de. “Ciclos de produção da política exterior nas democracias da América Latina: uma proposta de investigação para além do behaviorismo comparativista e das teorias sistêmicas das relações internacionais”. Trabalho apresentado no *36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais*. Águas de Lindoia, SP. 2012. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt28-2/8165-ciclos-de-producao-da-politica-exterior-nas-democracias-da-america-latina-uma-proposta-de-investigacao-para-alem-do-behaviorismo-comparativista-e-das-teorias-sistemicas-das-relacoes-internacionais?format=html>>.
- BERTAZZO, Juliana. A internacionalização do ensino superior como receita para o sucesso—a experiência do Reino Unido e sua relevância para o Brasil. *Mundo Afora*, p. 276, 2012. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/publicacoes/colecao-mundo-afora/Capa%20e%20Miolo%20FINAL.pdf#page=277>>.
- CAPES. GEOCAPES. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/component/content/article/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6886-geocapes>>.
- CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. Vol. 1 of *The information age: Economy, society and culture*. Massachusetts and Oxford: Blackwell, 1996.

- CASTRO, Claudio de Moura et al. Cem mil bolsistas no exterior. *Interesse nacional*, v. 5, n. 17, 2012. p. 25-36. Disponível em: <http://cambridgebrazil.org/wp-content/uploads/CEM_MIL_BOLSISTAS_NO_EXTERIOR_Abril_2012.pdf>.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política externa do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2002. _____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CEPAL. *Educación y Conocimiento: Eje de la Transformación Productiva com Equidad*. 1992. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150253so.pdf>>.
- COELHO, André; SANTOS, Vinicius. “Conectando o doméstico e o internacional: como a instabilidade presidencial e a ideologia influenciam a Análise de Política Externa na América Latina”. *Trabalho apresentado no 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais*. Caxambu, MG. 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/40o-encontro-anual-2016/1368-encontros-anuais/39-encontro-anual-da-anpocs-sp-415/1645-programacao-geral-sp-491425974?showall=&start=9>>.
- COMISSÃO EUROPEIA. *About Erasmus Mundus 2009-2013*. 2015. Disponível em: http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/programme/about_erasmus_mundus_en.php#objectives.
- COMISSÃO EUROPEIA. *The Erasmus Impact Study*. 2014. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/library/study/2014/erasmus-impact_en.pdf>.
- COUNCIL OF EUROPE/UNESCO. *Code of Good Practice in the Provision of Transnational Education*. Council of Europe/UNESCO, 2000.
- DE WIT, Hans. Globalización e internacionalización de la educación superior. *RUSC. Universities and Knowledge Society Journal*, v. 8, n. 2, 2012. p. 77-84. Disponível em: <<http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/handle/10609/13540>>.
- DOS SANTOS, Norma Breda; FONSECA, Fúlvio Eduardo. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, v. 31, n. 2, 2009. p. 353. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v31n2/Contexto_Internacionalv31n2%20sem_marca_de_corte.pdf#page=145>.
- DOS SANTOS, Norma Breda. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*, v. 24, n. 1, 2005, p. 11-39. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a02v24n1>>.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O ensino e a pesquisa sobre política externa no campo das relações internacionais do Brasil. *Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2001*, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100040&script=sci_arttext&tlng=pt>.
- FONSECA JR, Gelson. *A legitimidade e outras Questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 365.
- HERZ, Monica. “O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil”. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002. p. 7-40. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v24n1/v24n1a05>>.
- INDICATORS, O. E. C. D. Education at a glance 2012. *Editions OECD*, 2012. Disponível em: <https://www.autistici.org/magia/sites/default/files/Allegati/OCSE-PISA_2011-00_1.pdf>.

- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. *The program Evaluation Standards: How to assess evaluations of educational programs*. Thousand Oaks, CA: Sage. 1994.
- KNIGHT, Jane. Internationalization: management strategies and issues. *International education magazine*, v. 9, n. 1, 1993. p. 6.
- _____. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. *Journal of studies in international education*, v. 8, n. 1, 2004, p. 5-31. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315303260832>>.
- LESSA, Antônio Carlos. “Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação”. *Rev. Bras. Polít. Int.* v. 48, n. 2, 2005a. p. 169-184. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a09v48n2.pdf>>.
- _____. Trinta Anos de Ensino de Relações Internacionais em nível de graduação no Brasil. *Meridiano 47*, v. 6, n. 54, 2005b. p. 10. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/a346813647763a322e94849e5068f1fb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>>.
- _____. O crescimento dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. *Meridiano 47*, v. 6, n. 56, 2005c. p. 17. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/c6d13101a0cab25b96a44112d729abd4/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>>.
- _____. Porque cresce a demanda e a oferta de formação especializada em nível de graduação na área de Relações Internacionais. *Meridiano 47*, v. 6, n. 57, 2005d. p. 17. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/d297ca3c0c5fd434eca0d0ea64211991/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>>.
- _____. Os problemas recentes e as muitas virtudes do Mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais no Brasil. *Meridiano 47*, v. 6, n. 58, 2005e. p. 13. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/d297ca3c0c5fd43480e7eaf42cec8ce2/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>>.
- _____. A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. *Meridiano 47*, v. 7, n. 68, 2006, p. 17. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/18282634bc10870d5690710083b0d9d6/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>>.
- MIYAMOTO, Shiguenoli et al. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, v. 12, n. 1, 1999, p. 83-98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a05>>.
- _____. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 1, 2003, p. 103-114. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9>>.
- MOROSINI, Marília Costa. *Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas*. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/er/n28/a08n28.pdf>>.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 25, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491>>.

- ONU. *Um Tesouro a Descobrir: Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. 1996. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 25, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491>>.
- OTRANTO, Celia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação. *REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, v. 29, 2006, p. 1-19. Disponível em: <http://celia-na-web.net/pasta1/Texto_15.pdf>.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 80, 2002, p. 108-135. Disponível em: <http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.
- SAVIANI, Dermeval et al. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/24529>>.
- SUELY, Ferreira. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). *Linhas Críticas*, v. 18, n. 36, 2012, p. 455-472. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6794>>.
- UNESCO. Base de dados. Disponível em: <<http://data.uis.unesco.org/Index.aspx>>.
- UNESCO EDUCATION STRATEGY. 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002312/231288e.pdf>>.
- UNIVERSITY OF OXFORD. *University of Oxford Student Statistics: Single-Year Snapshot*. Disponível em: <http://public.tableausoftware.com/views/Studentstatistics-UniversityofOxford_2/YearlySnapshotSummary?:showVizHome=no#1>.
- VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, 2003. p. 31-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200003&script=sci_arttext&tlng=es>.
- _____. ; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional*, v. 29, n. 2, 2007. p. 273-335. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02>>.
- _____. ; THOMÁZ, Laís Forti; LEITE, Lucas Batista. As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização. *Inter-Relações*, 2014. p. 5-11. Disponível em: <<http://200.145.6.238/handle/11449/115359>>.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*, 2005. p. 17-32. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/265-rescimento_das_Relacoes_Internacionais_no_Brasil_O.pdf#page=17>.